



**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**

ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos,
Belém/PA.

Nº 419 – FEVEREIRO DE 2023, 25º ANO

EDITORIAL

Olá,

Durante o mês de Fevereiro a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) realizou importantes eventos.



GOVERNO DO PARÁ

BATE PAPO PGE

Bate-papo jurídico com os estagiários
3ª edição.

Tema: **Regime contratual na Nova Lei de Licitações e Contratos.**

Condutor: **Jobson Pereira.**

Público-alvo: **Estagiários de direito da PGE.**

Modalidade: **híbrido.**

03/02 09:30h

No dia 03 foi realizada a 3ª edição do “Bate-papo Jurídico com Estagiários”, conduzido pelo Procurador do Estado Jobson Pereira, com o tema “Regime Contratual na Nova Lei de Licitações e Contratos”.

O evento aconteceu de forma híbrida e contou com a participação presencial dos estagiários da PGE/PA.

Aconteceu no dia 06 a 1ª Reunião Geral com os Procuradores do Estado do ano de 2023, no auditório da PGE.

O evento reuniu os Procuradores do Estado com o objetivo de apresentar os projetos de modernização administrativa para esta Procuradoria, visando aprimorar o acesso da sociedade aos serviços ofertados pela instituição.

Entre os projetos previstos, destacamos o “PGE CIDADÃO” que consiste na criação de um canal de comunicação direto entre a sociedade e a Procuradoria, a fim de sanar dúvidas de forma prática.





Ocorreu ainda no dia 07 a apresentação do planejamento estratégico inicial da PGE.


O treinamento foi organizado pela DEXTRO, em parceria com a PGE/PA, e aconteceu de forma presencial e remota.

Convite

PGE PA | DEXTRO
Apresentação Institucional do
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PGE
E Programação Inicial das Ações
Estratégicas

07 de Fevereiro de 2023
09:00 AM
Local: PGE PA
Belém - PA

Link para participação
remota:
<https://bit.ly/StartPEIPGE>



A PGE divulgou no último dia 27 a abertura do novo Processo Seletivo para Estagiários e a nomeação da comissão organizadora do certame, por meio da Portaria n° 120/2023, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) do mesmo dia.



Destacamos em matéria legislativa, a nova redação dada ao inciso I, do art. 119 da Constituição do Estado do Pará, que trata sobre os requisitos para nomeação de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios.

Ressaltamos também a Lei Estadual n° 9.853, de 9 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a gratificação destinada a servidores em exercício de cargo comissionado, que fazem jus ao percentual indenizatório de representação.

A Portaria n° 075/2023-PGE, de 13 de fevereiro de 2023, destaca as metas das unidades de trabalho no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará a serem executadas no 1° quadrimestre do ano vigente e ressalta que as ações deverão ser alinhadas às metas institucionais anuais.

No âmbito federal, foi editado o Decreto n° 11.414, de 13 de fevereiro de 2023, que instituiu o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

Em destaque ainda a Medida Provisória n° 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, que trata sobre o

programa “ Minha Casa, Minha Vida” fazendo alterações na lei anterior nº 14.382, de 27 de junho de 2022.

Boa Leitura!

SUMÁRIO

TEMAS	4
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	4
FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	5
DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	5
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	6
TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	6
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	8
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO	12
EVENTOS INTERNOS	12
EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	15

TEMAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

[A ARBITRABILIDADE OBJETIVA DO ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO À LUZ DO ENTENDIMENTO DO STJ](#)

Luciano Reis

Kauê Henrique Neto

[ACCOUNTABILITY: O ESTUDO DE SUA APLICAÇÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL](#)

Fábio Cesar dos Santos Oliveira

[AS OSCIP \(ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO\) E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: INTERMEDIÇÃO FRAUDULENTE DE MÃO-DE-OBRA SOB UMA NOVA ROUPAGEM JURÍDICA](#)

Enoque Ribeiro dos Santos

[O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PELO PODER JUDICIÁRIO À LUZ DOS DIREITOS](#)

FUNDAMENTAIS À VIDA E À SAÚDE

Raquel Santos de Almeida Simas Moraes

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

IMUNIDADE DA INCIDÊNCIA DO ITBI (IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS) NA INTEGRALIZAÇÃO DE IMÓVEIS AO CAPITAL SOCIAL

Luciano Haddad Monteiro de Castro

AS ISENÇÕES FISCAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL SOB O ENFOQUE DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Artur Leandro Veloso De Souza

João Victor Szpoganicz Junckes

MOMENTO DA TRIBUTAÇÃO DA RENDA NA REPETIÇÃO DE INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS VIA MANDADOS DE SEGURANÇA

Pedro Henrique Rezende Simão

Sávio Jorge Costa Hubaide

QUITAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS COM PRECATÓRIOS

Gabriella Alencar Ribeiro

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

A FINITUDE DOS RECURSOS NATURAIS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS CORPORACÕES PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL DA SOCIEDADE

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Marcus Mauricius Holanda

ASCENSÃO E DECLÍNIO DA PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA NO BRASIL: O CENÁRIO EM 2021 E ALGUMAS LUZES NO CAMINHO

Ana Maria Teixeira Marcelino

Marise Costa de Souza Duarte

DOS CONFLITOS URBANOS E AMBIENTAIS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS – A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES INFORMAIS: OS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO PÓS-PANDEMIA

Isabela Bueno Ojima

Marcela Alves de Oliveira

A PUNIÇÃO AOS RESPONSÁVEIS POR QUEIMADAS E INCÊNDIOS À LUZ DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA VERSUS O PRINCÍPIO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Cassiano Rodrigues Costa

Luciana Ventura

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

CONSENTIMENTO POR REPRESENTAÇÃO E SUA INSUFICIÊNCIA NA TUTELA À PRIVACIDADE DESDE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Sthéfano Bruno Santos Divino

Tháís Fernanda Tenório Sêco

INTEGRAÇÃO DOS CONTRATOS NA PERSPECTIVA CIVIL CONSTITUCIONAL

Victor Wilcox

O REGIME DE RESPONSABILIDADE CIVIL APLICÁVEL À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO BRASILEIRO

Marcos Ehrhardt Jr.

Milton Pereira de França Netto

TUTELAS PROVISÓRIAS E MEDIDAS DE URGÊNCIA NA ARBITRAGEM

José Luiz Parra Pereira

Gustavo Filipe Barbosa Garcia

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

**EXTENSÃO DO SALÁRIO-MATERNIDADE EM CASO DE MORTE DA SEGURADA-INSTITUIDORA:
UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA**

Arthur José Nascimento Barreto

**O CRÉDITO CONSIGNADO COMO POTENCIAL FATOR DESENCADEANTE DO
SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE DA LEI Nº 14.431/2022 E DA CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA
BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

Dandara Trentin Demiranda

José Ricardo Caetano Costa

**OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO NA PERSPECTIVA DO EFETIVO
ACESSO À JUSTIÇA**

Claudio Araujo Santos Dos Santos

Janete Aparecida Deste

**TUTELA COLETIVA DE DIREITO DOS TRABALHADORES NA CONDIÇÃO DE TITULARES DE DADOS
PESSOAIS: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E BREVE EXAME DE DECISÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Newton De Lavra Pinto Moraes

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

“ TC 001.508/2023-7

Órgão Julgador: Tribunal de Contas da união

Relator: Benjamin Zymler

Tema: Direito Administrativo

TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, conheceram da representação, nos termos do inciso VI do art. 237 do Regimento Interno e aprovaram o anteprojeto de decisão normativa, anexo aos autos, que cuida da fixação, para o exercício de 2023, dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros nos recursos de que trata o inciso III, c/c o § 4º, do art. 159 da Constituição Federal (Cide-Combustíveis).

“ **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1565474-RJ**
Órgão Julgador: Superior Tribunal de Justiça
Relator: Ministro Manoel Erhardt
Tema: Direito Administrativo

STJ

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria, que o Servidor Público que executa atividades em contato com substância ionizante e radioativa, em jornada superior a 24 horas semanais, tem direito não apenas a redução de jornada, mas também ao pagamento de horas extras que excederem o limite anteriormente citado.

Segundo o Relator, o pagamento integral e sem qualquer limitação diária das horas extras realizadas pelo Servidor exposto a radiação é uma forma de evitar o enriquecimento indevido da Administração Pública.

“ **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) 7027**
Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Tema: Direito Constitucional

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade de lei do Estado da Paraíba que exige a assinatura física de idosos em contratos de operação de crédito. Por maioria, o Plenário julgou improcedente pedido apresentado pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7027, reconhecendo a constitucionalidade da Lei nº 12.027, de 26 de agosto de 2021, do Estado da Paraíba, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro André Mendonça.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)



ADI 7.019/RO

Órgão Supremo Tribunal Federal

Relator: Ministro Edson Fachin

Tema: Direito Constitucional

STF

É inconstitucional lei estadual que veda a adoção da “linguagem neutra” não só na grade curricular e no material didático das instituições de ensino públicas e privadas, mas também em editais de concursos públicos locais, pois embora os Estados possuam competência para legislar concorrentemente sobre educação, é necessário observar as normas anteriormente editadas pela União (CF/1988, art. 24, IX). Logo, editada por meio da União, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), cujas regras tratam de currículos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino e modo de exercício da atividade docente, conterà prioridade nessas observações.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO NACIONAL FEVEREIRO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE FEVEREIRO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
LEGISLAÇÃO PGE/PA DE FEVEREIRO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – FEVEREIRO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	02, 09, 16, 23 e 30/03/2023	ESAP
DESJUDICIALIZAÇÃO E ATUAÇÃO NAS DEMANDAS JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PCAD)	PRESENCIAL	07/03/2023	ESAP
<u>MUNDO REAL X MUNDO VIRTUAL: VIOLÊNCIAS CONTRA MULHER POR TRÁS DAS TELAS</u>	HÍBRIDO	08/03/2023	ESAP
MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. A EXPERIÊNCIA DA PGE/PA (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PCAM)	PRESENCIAL	09/03/2023	ESAP
ACOLHIMENTO INICIAL - PCTA 1 E 2 (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023)	PRESENCIAL	13/03/2023	ESAP

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
DEMANDAS DE SAÚDE. SÚMULAS DO STF. FLUXOS E COMUNICAÇÃO COM A SESP (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PCTA 1 E 2)	PRESENCIAL	14/03/2023	ESAP
SERVIDOR CIVIL (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PCTA 1 E 2)	PRESENCIAL	15/03/2023	ESAP
<u>PALESTRA - DIREITO AGRÁRIO SOB O PRISMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</u>	HÍBRIDO	15/03/2023	ESAP
MAPEAMENTO DE PROCESSOS	PRESENCIAL	15 ou 16/03/2023	ESAP
INDENIZAÇÕES E OUTROS (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PCTA 1 E 2)	PRESENCIAL	16/03/2023	ESAP
SERVIDOR MILITAR (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PCTA 1 E 2)	PRESENCIAL	17/03/2023	ESAP
<u>MINICURSO EXTERNO PFAM - AMBIENTAL</u>	HÍBRIDO	17/03/2023	ESAP
ACOLHIMENTO (FLUXOS, COMPETÊNCIAS ETC) – COORDENAÇÕES (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PDA/PROFISCO)	PRESENCIAL	20/03/2023	ESAP
EXECUÇÃO FISCAL (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PDA/PROFISCO)	PRESENCIAL	22/03/2023	ESAP
AUTOCOMPOSIÇÃO FISCAL (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PDA/PROFISCO)	PRESENCIAL	23/03/2023	ESAP

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA FISCAL. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA NA RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	PRESENCIAL	24/03/2023	ESAP
ACOLHIMENTO INICIAL. FLUXOS DA RPV (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PRPV)	PRESENCIAL	27/03/2023	ESAP
<u>Treinamento para Aplicação do Manual de Visual Law na PGE/PA</u>	HÍBRIDO	28/03/2023	ESAP
ACOLHIMENTO INICIAL. FLUXOS DA PFAM (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PFAM)	PRESENCIAL	29/03/2023	ESAP
TEMAS ATUAIS DE DIREITO AGRÁRIO E IMOBILIÁRIO (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PFAM)	PRESENCIAL	29/03/2023	ESAP
TEMAIS ATUAIS DE DIREITO AMBIENTAL (TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023) (PFAM)	PRESENCIAL	30/03/2023	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADO R	LINK
SEMINÁRIO NACIONAL: A VIRADA DE CHAVE PARA A APLICAÇÃO IMEDIATA E SEGURA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	PRESENCIAL	03 A 05/04/2023	ZENITE	CLIQUE AQUI
SEMINÁRIO: A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL	ONLINE	04/04/2023	MIGALHAS	CLIQUE AQUI
SEMINÁRIO: DIREITO PREVIDENCIÁRIO- DESAFIOS DE UM MODELO MADURO DE PROTEÇÃO SOCIAL	ONLINE	05/04/2023	MIGALHAS	CLIQUE AQUI
X ENCONTRO NACIONAL DAS PROCURADORIAS FISCAIS	PRESENCIAL	12 A 14/04/2023	ANAPE	CLIQUE AQUI
XVIII FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO & GESTÃO PÚBLICA	ONLINE	11 E 12/05/2023	FÓRUM	CLIQUE AQUI

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Ellen Cristina, Fernanda dos Santos, Camilly Ribeiro, Marcíria de Almeida, Paula Silveira e Matheus de Alcantara.

Fechamento desta edição: 28/02/2023

